

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Presidente do Conselho*MANOEL FRANCISCO BRITO — *Diretor Presidente*ROSENAL CALMON ALVES — *Diretor*WILSON FIGUEIREDO — *Diretor de Redação*DÁCIO MALTA — *Editor*MERVAL PEREIRA — *Editor Executivo*ORIVALDO PERIN — *Secretário de Redação*

Modernos e Retrógrados

Pesquisa feita em Brasília, no Congresso, a respeito das medidas a serem adotadas para o combate ao crime, revela, pela diversidade dos resultados e pela ausência de linhas comuns na abordagem de um problema sério, a falta de consenso das elites brasileiras.

Cabeças pensantes hoje, no Brasil, são sinônimo de divergência. A ausência de bons e profundos debates é o termômetro da falta de penetração a respeito da realidade. O combate ao crime nas cidades é apenas uma das questões em jogo neste momento dramático, mas o vazio de fórmulas e soluções prova que o contexto está longe de ser aprendido.

Deputados e senadores não conseguem sequer chegar a uma mínima conclusão sobre responsabilidade penal, lei de execuções penais, lei dos crimes hediondos, treinamento de PMs pelas Forças Armadas, eliminação do princípio da primariedade, código da criança e adolescente — enfim, toda a gama de propostas que deveriam ser discutidas, examinadas e aprovadas ou reprovadas com urgência, antes que a convulsão social engolfe as cidades.

A questão da violência não é a única em banho-maria. Estão aí à espera de debate a reforma fiscal, o tamanho do Estado, a representação federativa, os monopólios, a abertura econômica, a reforma do judiciário, e tantas e variadas questões que vale a pena perguntar afinal que país é este, assoberbado por tantos problemas, mas alienado de suas soluções.

Os políticos brasileiros são modernos na televisão, mas retrógrados na hora de votar no Congresso. Como disse um sociólogo, para se ter democracia às vezes é preciso fazer o *strip-tease* moral, como nos EUA com Watergate, como for-

ma de catarse, de educação política. Foi o que não se conseguiu, no Brasil, com o caso Collor e tenta se evitar com o escândalo da comissão de Orçamento. Passa-se pelo pior, mas na hora de prender, de fazer o principal, não se conclui o processo. Ao invés dos fraudadores algemados, o que se vê são os grandes farsantes na praia ou suas mulheres chorando, como a dizer que, ao exteriorizar sofrimento, já pagaram pelo que tinham de pagar.

A política do favor, tão questionada nos últimos tempos, tem sido a viga mestra da História brasileira. Esta História começou com a distribuição de sesmarias e capitânias e continuou pela distribuição de cargos. Os últimos lances históricos demonstram que, se o despotismo foi vencido, o obscurantismo continua a exercer papel importante.

Nos países centrais, a revolução cultural e tecnológica já se produziu há decênios e até séculos, seguindo à risca projetos sucessivos em que o investimento em educação de base, em pesquisa avançada e em cultura constituem prioridades nacionais permanentes. O Brasil em particular possui uma característica perturbadora, pois nele se encontram setores extremamente avançados, de ponta, em contraste cada vez mais acentuado com amplos segmentos sociais, culturais e políticos decididamente retrógrados.

O Congresso, sujeito no *impeachment*, objeto direto no escândalo da comissão do Orçamento, espelha em seu conjunto todas as contradições da sociedade brasileira, ampliando-as ou escondendo-as, ao sabor de interesses dos grupos, das oligarquias que representa e até dos grotões dos antigos territórios. Que tal começar pelo começo, antes que o barco afunde junto com as oligarquias que já começam a apodrecer e a cheirar mal?